



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008198-89.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **INGRID MARIANE DA SILVA**
 Requerido: **TELEFONICA BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a ré contratos para a prestação de serviços de telefonia e televisão.

Alegou ainda que em abril/2014 renegociou débitos que tinha em aberto da maneira que explicitou, mas a ré emitiu faturas em descompasso com o ajustado.

Almeja à rescisão do contrato e à condenação da ré à emissão de faturas da forma convencionada.

A ré não impugnou especificamente os fatos articulados pela autora, limitando-se a esclarecer a inexistência de falha na emissão das faturas que realizou.

Instada a manifestar-se sobre os protocolos elencados a fl. 01, que consubstanciaram o acordo entre as partes (fl. 29), declarou-se impossibilitada de fazê-lo (fls. 31/32).

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, a autora especificou a fl. 01 como foi entabulado o ajuste com a ré para a quitação de dívida que mantinha junto à mesma, cristalizado na emissão de quatro faturas de R\$ 248,36 (serviços de telefonia) e quatro de R\$ 244,36 (serviços de televisão).

Aplicando-se ao caso a regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC, cujos pressupostos estão presentes, tocava à ré fazer comprovação em sentido contrário, mas ela permaneceu inerte.

A justificativa de fls. 31/32 não a beneficia, porquanto os contatos entre as partes tiveram vez há menos de 365 dias, de sorte que como aventado a fl. 29, item 2, parte final, se reputa que a contratação foi levada a cabo na forma delineada a fl. 01.

Assentada essa premissa, e sendo certo que a autora realizou o pagamento de duas das quatro faturas que deveriam ser emitidas pela ré, é de rigor o acolhimento da pretensão deduzida, seja para a rescisão do contrato, seja para a expedição de novas faturas nos termos invocados no relato exordial.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em emitir à autora duas faturas para pagamentos mensais no valor cada uma de R\$ 248,36 (para a quitação da dívida oriunda da prestação de serviços de telefonia) e mais duas faturas para pagamentos mensais no valor cada uma de R\$ 244,36 (para quitação da dívida oriunda da prestação de serviços de televisão).

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Torno definitiva a decisão de fls. 15/16.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 12 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**